



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do encontro internacional “As Dimensões Éticas do Desenvolvimento”

Minascentro – Belo Horizonte-MG, 03 de julho de 2003

Meu caro amigo e governador do estado de Minas Gerais, Aécio Neves, Excelentíssimo senhor primeiro-ministro da Noruega, Kjell Magne Bondevik,

Meu caro amigo Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento,

Meu caro Robson de Andrade, presidente do Sistema da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais,

Meus companheiros ministros Tarso Genro, Luiz Dulci, Nilmário Miranda, Walfrido Mares Guia,

Meus companheiros Oded Grajew e Marco Aurélio,

Meu companheiro Fernando Pimentel, prefeito da gloriosa “Belô”,

Meus companheiros parlamentares,

Senhor Clésio de Andrade, vice-governador do estado de Minas Gerais,

Meus amigos e minhas amigas empresários, convidados, sindicalistas,

Dona Ruth Cardoso,

Minha querida Viviane Senna, membro do nosso Conselho de Desenvolvimento,

Demais participantes deste encontro,

Eu acredito que falar em dimensões éticas para o desenvolvimento deve estar sendo percebido por muita gente no Brasil como o início da discussão que fazíamos na década de 70 sobre a questão das políticas ambientais. Não eram muitos os que gostavam de discutir o tema. Os que gostavam de discuti-



lo eram acusados eu diria, de radicais, para dizer uma palavra bem suave.

Quando discutimos ética, tanto na política quanto no modelo de desenvolvimento, não apenas na América Latina e na América do Sul, é preciso entender que o problema é mundial, não está apenas ligado à pobreza, se bem que ele é mais “suntuoso” na pobreza; mas o problema da ética está ligado a várias atividades das quais o ser humano participa.

Quero falar um pouco sobre isso, mas desejo, inicialmente, congratular-me com os organizadores do seminário. No momento em que a América Latina busca novos caminhos para superar seus graves e angustiantes desafios, esta iniciativa tem o mérito de trazer o ser humano para o centro das suas atenções.

Tenho a particular satisfação de saudar o primeiro-ministro da Noruega, que, pela segunda vez, visita o Brasil. Somos gratos ao governo norueguês pela decisiva contribuição para a realização deste evento.

Desejo igualmente, agradecer o carinho e a hospitalidade do governador Aécio Neves de sediar este encontro neste estado e nesta cidade tão importantes e tão simbólicos para o nosso país.

Quero registrar, ainda, a participação deste nosso amigo, de todos os governadores e de todos os prefeitos, pelo menos das capitais; de todos os Presidentes da República que governaram o Brasil nos últimos tempos e de todos os países da América Latina, que é o nosso amigo Enrique Iglesias, presidente do BID, cujo patrocínio confirma a atuação inovadora desse Banco em temas de grande atualidade e relevância.

O tema do seminário – Desenvolvimento e Ética – reflete uma realidade singela: não há desenvolvimento sem ética. No Brasil, bem conhecemos os custos do crescimento a qualquer preço: a vulnerabilidade econômica, a exclusão social, a depredação ambiental e a degradação dos valores morais.

A falta de ética se expressa de muitas formas, todas resultantes da perda de fé dos indivíduos na sociedade e em suas instituições. Nenhuma é mais indigna do que a corrupção. A corrupção gera impunidade jurídica e



ineficiência econômica, mas, acima de tudo, abala as bases da sociedade, pois desvaloriza a competência e degrada a nossa auto-estima e a nós mesmos, em nossas aspirações como nação.

Por isso, meu governo vem adotando medidas fortes para combater esse mal, de que são exemplos a reestruturação da Corregedoria e o programa de fiscalização do repasse de recursos federais para os municípios e, a partir de sorteios públicos, nosso alvo central é o combate à corrupção.

Mas não basta combater apenas as suas causas. É preciso punir a corrupção e, principalmente, o corruptor. Não se enfrenta a corrupção apenas com leis mais duras e vigilância redobrada. Precisamos, sim, mobilizar a sociedade em torno de objetivos e alvos conjuntos, onde todos são chamados a participar e a exercer co-responsabilidades.

É nesse sentido que este seminário é importante e oportuno. Os relatos aqui explorarão as muitas formas de envolver democraticamente os diferentes segmentos da sociedade em torno de metas solidárias que reaproximem as pessoas. Será examinada a contribuição de cada grupo, desde a responsabilidade social do empresário até o papel catalisador das entidades representativas dos setores mais vulneráveis.

Esse trabalho solidário é indispensável, pois sabemos que o desenvolvimento pleno é incompatível com os altos níveis de desigualdade de renda e de acesso à educação e à saúde.

Em uma sociedade esgarçada por extremos de riqueza e marginalização, como evitar o oportunismo cínico dos abastados ou a queda na criminalidade daqueles que perderam toda esperança e dignidade humana?

A resposta do meu governo está nos programas que lançamos. O “Fome Zero” é, acima de tudo, um chamamento moral à sociedade brasileira para extirpar uma chaga duplamente imperdoável em um país com tanta abundância. O Primeiro Emprego irá engajar milhares de empresas na tarefa de dar a jovens brasileiros uma oportunidade de tornarem-se cidadãos e



cidadãos produtivos. O Bolsa Escola é um investimento da sociedade brasileira no seu próprio futuro. E o programa de Microcrédito dá aos mais vulneráveis uma chance de vencer na vida.

Como já disse, investir em empregos, educação e saúde faz mais sentido do que construir prisões. Isso é mais que uma realidade econômica, é um compromisso ético com o direito de cada um construir sua vida com segurança e dignidade.

Tenho levado essa mensagem também aos grandes fóruns internacionais. O desenvolvimento ético exige que a comunidade internacional demonstre solidariedade com os marginalizados. Por isso, continuarei lutando em favor da criação de um fundo global para a erradicação da pobreza.

Tenho reiterado à sociedade brasileira que as duras e dolorosas medidas econômicas adotadas neste início de governo têm por objetivo criar as condições para deslanchar num círculo virtuoso de crescimento sustentável.

Quero, aqui, dizer que a virtude de que falo não é apenas aquela da eficiência econômica e da capacitação técnica para competir em uma economia cada vez mais globalizada. É preciso que prevaleça, sobretudo, o espírito de solidariedade e de respeito mútuo, virtudes indispensáveis para que o Brasil possa crescer com estabilidade econômica e justiça social.

Excelentíssimo senhor Primeiro-Ministro,

Hoje, não basta uma economia crescer. É preciso que tenhamos a certeza de que esse crescimento vai ser repartido entre todos aqueles que compõem a comunidade.

O meu país, durante 50 anos, foi uma das economias que mais cresceram no mundo. Chegamos a crescer, entre 1950 e 1980, a taxas de 7% ao ano. Entretanto, essa riqueza não foi distribuída de forma justa para todos os brasileiros e brasileiras. Ao contrário, quando temos que pagar as dívidas que contraímos, o pagamento é repartido entre todos os brasileiros, inclusive aqueles recém-nascidos, que ainda nem sabem por que nasceram devendo.



O problema não é individual, de um país. O presidente Iglesias tem me acompanhado, não porque viaja comigo, mas porque também tem estado em muitos lugares em que estou e sabe do esforço imenso que estamos fazendo para tentar criar uma nova lógica econômica e de comportamento político de muitos Presidentes da América do Sul, da América Latina, da África e de outros países.

Estou convencido de que não basta ao Presidente de um país do Terceiro Mundo viajar o mundo constatando a miséria, constatando a violência, constatando o desemprego. Isso todo mundo já sabe, porque o Banco Mundial está fartamente cheio de informações, divulgadas no mundo inteiro.

O que temos tentado fazer é criar a perspectiva de um novo comportamento político. Neste mundo pequeno, neste planeta chamado Terra, em que já tivemos vários momentos históricos importantes no século XXI, a palavra “solidariedade” e a palavra “repartição” precisam ganhar destaque.

E por que isso? Porque, se nós, países do Terceiro Mundo, quiséssemos conquistar o padrão de vida de um norueguês, de um alemão ou de um dinamarquês, nos dias de hoje, no atual estágio tecnológico da Humanidade e explorando as mesmas matérias-primas que exploramos hoje, seria necessário que o planeta Terra fosse três vezes maior do que ele é. Como o planeta não pode crescer, as matérias-primas estão limitadas e, muitas vezes, os avanços tecnológicos não andam tão rapidamente como gostaríamos que andassem. Significa que vamos ter que fazer uma grande discussão sobre como repartir cada bem produzido no Planeta de forma mais justa, mais solidária e mais igual.

Vejam, nós participamos de muitos eventos no mundo. Nós falamos de livre comércio, falamos de globalização econômica, falamos que o capital transita livremente pelo espaço aéreo de cada país, atravessa os oceanos. Mas o ser humano não consegue ter a mesma mobilidade. Se for pobre, estará com muita dificuldade de adentrar o mundo europeu e os Estados Unidos. Se



for árabe, então, está mais proibido ainda de transitar no mundo.

Quando falamos em livre comércio, imaginamos uma coisa em que todos teriam igualdade para disputar os mercados disponíveis. Mas, aí, percebemos que o livre comércio não é tão livre quanto as palavras escritas nos protocolos internacionais ou nos acordos que fazemos, porque percebemos que as economias mais ricas do mundo conseguem criar obstáculos para o livre trânsito das mercadorias dos países pobres, criando tarifas que são praticamente proibitivas da competitividade livre, como está escrito nos protocolos.

Essa é uma discussão que tenho tentado fazer com todos os Presidentes com quem tenho conversado. Por isso, fui a Evian, fazer um debate com o G-8. Por isso, vou agora à Inglaterra, para discutir com vários Presidentes. Por isso, pretendo viajar o mundo inteiro para tentar criar nos governantes uma sensibilidade de que ou o mundo mais rico, junto com o mundo em desenvolvimento, estabelece uma parceria para enfrentar a miséria de frente, ou nós, que conseguimos conquistar cidadania, ficaremos de camarote, vendo a parte mais pobre da sociedade morrer de doenças que em alguns países nem se conhece mais.

E a responsabilidade não é apenas nossa. A responsabilidade, na verdade, é de todo e qualquer homem ou mulher que ainda tenha a ética como referência de comportamento na sua vida. Não é lei. É comportamento ético. É o comportamento ético que fará com que os governantes comecem a se preocupar em como fazer para ajudar, por exemplo, os vários países africanos que estão hoje sendo dizimados por doenças, e somente os países ricos é que podem ajudar.

E nós sabemos que o combate à miséria não é ajuda, não é apenas um projeto “Fome Zero”, não é apenas uma ajuda humanitária. É desenvolvimento. O desenvolvimento tem que ser melhor partilhado. Os países que são pobres estão precisando de uma oportunidade.



Eu tenho reiterado este discurso da oportunidade porque aqui, na América Latina, Primeiro-Ministro, a coisa mais comum é um político brasileiro, um governante brasileiro ou um intelectual brasileiro falar na necessidade da integração da América Latina. Acho que não houve um político no Brasil, nesses últimos 100 anos, que não tenha utilizado a palavra “integração”. Entretanto, a integração da América do Sul, por exemplo, não pode ser um discurso. Ela tem que ser uma prática, porque a integração pressupõe estradas, pressupõe pontes, pressupõe portos e aeroportos, pressupõe hidrovias. E foi quase que um assunto da minha conversa com o presidente Bush, dizendo a ele: “Olhe, se o mundo deseja paz, se o mundo deseja combater o terrorismo, se o mundo deseja abater o narcotráfico, se o mundo quer viver em tranquilidade, a resposta para isso chama-se desenvolvimento.” Sem desenvolvimento não há governo que consiga garantir a paz no seu país ou no continente.

É por isso que estamos trabalhando, junto com o nosso amigo Enrique Iglesias e outras instituições financeiras, a necessidade de, além de criarmos um fundo de pobreza, pelo qual vou continuar brigando em todos os fóruns, criarmos um fundo de desenvolvimento de integração para a América Latina e para a América do Sul. Ou seja, sem estradas, sem pontes, sem hidrovias, sem aeroportos e sem portos, não há desenvolvimento. Não havendo desenvolvimento, vai haver miséria. Havendo miséria, tudo mais pode acontecer.

E acho que não é apenas a visão macroeconômica que determina uma mudança de postura dos governos dos países ricos. Na minha opinião – e, por isso, acho este seminário muito importante –, a concepção de desenvolvimento e de mudança de postura devem ter, sobretudo, uma visão ética, porque a ética não está ligada à corrupção. A ética também está ligada ao fato de nós sabermos que, próximo de nós, há uma criança morrendo de fome e que não temos coragem de estender a mão para salvar essa criança.



É com essa visão que tenho tentado chamar a atenção do mundo, enquanto é tempo de a gente criar a expectativa de evitar a degradação da sociedade, a partir da estrutura da família. Famílias que estão totalmente degradadas na sua relação pessoal, no seu núcleo familiar, que se estendem por uma vila, que se estendem por um bairro, por uma cidade e que, de repente, se estendem por todo o país.

Acho que esse comportamento de solidariedade, de participação co-responsável nas decisões é, sobretudo, uma exigência ética da espécie chamada “ser humano”, que tem inteligência para não cometer atos de irracionalidade, como tem cometido ao longo do século.

Muito obrigado pela sua presença. E pode ficar certo de que nós, brasileiros, estamos gratos por haver, num país tão distante, um governo que se preocupa em ajudar para que um debate como este seja feito num país como o Brasil.

Muito obrigado e boa estada no Brasil.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em almoço comemorativo dos 30 anos dos “Melhores e Maiores” da revista Exame, em homenagem aos 100 maiores empresários brasileiros

Hotel Renaissance – São Paulo-SP, 04 de julho de 2003

Quero começar cumprimentando o doutor Roberto Civita, presidente da Editora Abril, por, há tantos anos, ter criado este prêmio para estimular os empresários brasileiros.

Quero homenagear o doutor Antônio Ermírio de Moraes. Duvido que, no Brasil, qualquer brasileiro que possa ter qualquer discordância com o doutor Antônio Ermírio de Moraes não o reconheça como um brasileiro preocupado com o Brasil, preocupado com o desenvolvimento do país e preocupado, sobretudo, em fazer com que o crescimento da economia signifique maior distribuição de riqueza. Meus parabéns, doutor Antônio. O prêmio é mais do que merecido.

Quero cumprimentar o meu amigo Luiz Furlan, nosso ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e aqui dizer uma particularidade: quando estava na campanha, eu tinha vontade de criar uma Secretaria Especial de Comércio Exterior, ligada à Presidência da República, porque eu queria transformar essa Secretaria numa espécie de mascate, vendendo as coisas boas que o Brasil produz. Mas, aí, consegui juntar a fome e a vontade de comer: coloquei o Furlan, que tanto discute o desenvolvimento, como é o mascate que eu precisava para vender os produtos brasileiros lá fora.

Quero cumprimentar o meu companheiro de governo, Luiz Gushiken, nosso ministro da Secom, Secretaria de Comunicação da Presidência da República,

Meu companheiro e Assessor Especial Oded Grajew,

Cumprimentar os senhores empresários e as senhoras empresárias,

A impressão que tenho é a de que estou numa reunião do Conselho de



Desenvolvimento Econômico e Social.

Sei que o otimismo e a visão de futuro habitam, por natureza, a alma do homem de negócios. Habitam, também, a alma do trabalhador na sua luta por uma vida melhor.

O meu otimismo, como o dos empresários e o dos trabalhadores, tem os pés sempre no chão. Não é o otimismo de quem apenas sonha passivamente com um futuro mais próspero e justo para o Brasil, mas o de quem trabalha duro, dia a dia, para fazê-lo acontecer.

Sabemos todos das graves dificuldades que temos pela frente. Ninguém ignora as terríveis mazelas econômicas, sociais e de segurança pública que padecemos, em conseqüência de tantos anos de estagnação econômica e de desvalorização social.

Mas sabemos também que esse quadro pode ser superado. O Brasil tem capacidade e condições de forjar gradativamente um caminho diferente e melhor.

Nesses primeiros meses de governo procuramos justamente criar as bases de um novo rumo para o país, construindo um alicerce econômico consistente e recuperando a estabilidade, para que o país cresça de modo sustentado, como todos almejamos. Partindo da realidade que encontramos e vendo os fatos dinamicamente, é possível avaliar o significado de todo esse trabalho responsável e criterioso que foi feito, trabalho esse que torna agora possível darmos início a um novo momento no nosso Governo. Um momento de reativação gradativa da economia rumo à retomada do crescimento.

E por que digo isso? Não é só porque foi dado início à redução da taxa básica de juros. Não é só porque, finalmente, a inflação dá mostras de caminhar para as metas que estabelecemos. Estamos hoje em condições de inaugurar esse novo momento porque a estrada que nos levará ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sustentável foi cuidadosamente refeita. As pedras foram, em grande parte, removidas do caminho.

Qual dos senhores, aqui presentes, se aventuraria a buscar recursos externos



ou mesmo internos para investir, a longo prazo, com um risco-país a 2.400 pontos? Algum de vocês poderia até se aventurar a fazê-lo. Mas quem se aventuraria a emprestar-lhes esse dinheiro?

Qual dos senhores aqui se sentiria seguro para fazer um planejamento eficiente de suas atividades com uma taxa de câmbio tão volátil e a nossa moeda tão depreciada? Qual dos senhores estava tranqüilo com uma taxa de inflação projetada para mais de 2 dígitos ou um índice anualizado de 40%, como tivemos entre dezembro e janeiro últimos?

Hoje, já se pode constatar que o nosso governo mudou a agenda do país. Estamos envolvidos num trabalho muito sério de saneamento das contas públicas, sem aumentar a carga tributária, assim como não queremos e não vamos aumentá-la na reforma tributária em curso no Congresso Nacional.

Estamos cumprindo os compromissos assumidos em nosso Programa de Governo e na Carta ao Povo Brasileiro, lançados em junho de 2002. Não há sustos, não há mágicas, não há coelhos tirados da cartola. O que há é muito trabalho, seriedade e amor a este país. Assim está ocorrendo com o processo da reforma da Previdência e assim ocorrerá com todo o conjunto de reformas que ainda faremos. Guia-nos, nesta reforma, a correção de injustiças e distorções muito fortes, além do princípio da sustentabilidade do sistema previdenciário.

Que violação maior ao direito adquirido seria se o governo deixasse, num futuro não muito distante, de honrar as aposentadorias e pensões, por absoluta falência de caixa?

Pela primeira vez os sindicatos e as centrais sindicais vão poder, em nosso país, formar grandes fundos previdenciários, como existem na maioria dos países desenvolvidos. Estou conversando com dirigentes sindicais de vários países e dizendo-lhes também da grande oportunidade de investimentos de médio e longo prazos, principalmente na área de infra-estrutura, que há no Brasil para os seus fundos de pensão.

Mudamos também a agenda em outro ponto muito relevante, superando uma



tradição da política brasileira, de desqualificar e estigmatizar os adversários. Estamos buscando, por meio do diálogo, o entendimento superior a serviço do nosso país.

O governo não abre mão de suas convicções e compromissos, nem o exige de seus interlocutores, mas faz todo empenho para negociar suas propostas, buscando o maior consenso possível.

Fazemos isso com o Congresso Nacional, com governadores e prefeitos, com os movimentos sociais e as entidades de classe. Fazemos isso no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e nos fóruns democráticos do Plano Plurianual que estamos realizando em todos os estados brasileiros.

Os senhores e as senhoras que estão aqui foram escolhidos pela revista Exame como dirigentes de destaque do empresariado brasileiro no último ano. Ninguém melhor do que os senhores e as senhoras para testemunharem os obstáculos, as dificuldades e os desafios que tiveram para obter sucesso na conjuntura econômica em que o país se encontrava no ano passado.

Agora, como afirmei no início, graças ao esforço de recuperação da estabilidade – um esforço do governo, mas também de todos os brasileiros e brasileiras – estão criadas as condições para avançarmos na direção do crescimento. O que também demandará novo esforço coletivo, com o máximo de eficiência e criatividade.

No passado se teve a crença de que o mercado tudo resolveria, bastando regras e marcos regulatórios claros. Infelizmente, nem as regras foram sempre as melhores e claras, como vimos de forma gritante no caso da energia elétrica, nem o mercado, isoladamente, foi capaz de resolver tudo. Até porque não é esse o seu papel, já que o Estado tem suas responsabilidades.

Nosso governo está refazendo os marcos regulatórios, em sintonia com as agências, e consultando as empresas e a sociedade. Foram definidas regras consensuais para a transição rumo a um novo modelo de contrato na telefonia, a partir de 2006. Estão sendo reconstruídos os marcos e as regras para energia



elétrica. E o faremos também para saneamento, transportes e outros setores.

Temos a convicção de que o Estado poderá fazer uma parte dos investimentos prioritários, através de Parcerias Público-Privadas. Para isso, estamos comprometidos em criar um marco institucional muito sólido, em que haja atratividade e garantia de retorno para quem quiser investir. Tenham a certeza, não vamos dar chance para o risco de um novo apagão em nosso país.

Além disso, estamos mudando a agenda do desenvolvimento. Durante muitos anos foi proibido falar em políticas industriais em nosso país. Nós não temos medo disso. Vamos perseguir políticas industriais e tecnológicas modernas, sem voluntarismo nem doação indiscriminada de recursos públicos, como já se fez no Brasil durante tanto tempo.

Não há hipótese de desperdício dos recursos do Estado. Os apoios que forem decididos pelo governo, num processo de muita transparência e publicidade, serão baseados em compromissos de inovação e apresentação de resultados. Serão exigidas contrapartidas muito sérias em termos de eficiência competitiva para a economia e a sociedade brasileira. Os programas terão duração bem definida. Vamos aperfeiçoar o financiamento da pesquisa científica, fortalecendo a necessária pesquisa pura e também a pesquisa aplicada, que resulte em produtos novos, em patentes e em benefícios concretos no preço e na qualidade, para nossos consumidores e para o comércio externo.

A estabilidade reconquistada é o nosso alicerce. Sobre ele vamos construir o edifício do desenvolvimento. Abrimos um caminho que, temos certeza, é inovador em matéria de microcrédito. Ampliamos, e muito, o financiamento do agronegócio e da agricultura familiar. Estamos aplicando montantes inéditos no turismo e na pesca. Liberamos importantes recursos para a habitação e o saneamento básico. Encontramo-nos em pleno processo de redefinição dos marcos regulatórios, de que falei agora há pouco. Estamos definindo as políticas públicas que levem à busca incessante de maior competitividade da economia nacional.

O futuro é um tempo em aberto para os povos e nações que tiverem visão e



ousadia, construindo mecanismos de decisão e fortes alianças que lhes permitam assumir o comando do seu destino. Hoje, mais que nunca, as nações em desenvolvimento têm que ter forte identidade estratégica. Precisam disso para enfrentar as condições muitas vezes adversas do mundo globalizado. Precisam disso para construir uma agenda de interesses comuns que supere sua dupla vulnerabilidade histórica: a das contas externas e a da dívida social. Para tanto, é preciso enxergar e agir além das visões tradicionais.

Estamos abertos a negociações soberanas de reciprocidades comerciais com qualquer país do mundo. Não podemos dispensar mercados, nem desprezar oportunidades. Foi o que afirmamos em recentes encontros de cúpula em Evian e Washington.

O Brasil quer superar as atuais assimetrias comerciais e financeiras que têm funcionado, na prática, como um veto ao nosso projeto de desenvolvimento. Não se trata apenas de comemorar o maior superávit comercial alcançado pelo país em um semestre. Num mundo caracterizado pela desaceleração da economia norte-americana, sob ameaça de recessão e contaminado pelas incertezas do ambiente político global, nossas exportações cresceram 33% no primeiro semestre. Já embarcamos US\$ 33 bilhões e acumulamos um superávit de US\$ 10 bilhões nesse período.

Analistem as fontes desse ganho. Verifiquem que multiplicamos a presença em várias economias, reduzimos a dependência diante de mercados tradicionais e estamos avançando justamente nas fronteiras mais promissoras do século XXI, como é o caso da China. Mas vejam além dos números. Observem a espiral ascendente desenhada pela nossa diplomacia na redefinição de espaços e de influência na comunidade internacional.

Alguém acredita que seria possível superar nossos gargalos domésticos sem ampliar nosso espaço de alianças no mundo globalizado? Quem não percebe que este país se apresenta hoje ao mundo com uma agenda própria, condizente com as justas aspirações de progresso de seu povo, com o indiscutível peso de seu



mercado e a óbvia relevância geopolítica de seu território?

Estamos cientes de que só é possível implantar uma dinâmica de crescimento sustentável neste país se criarmos um cinturão externo de reciprocidades mercantis e de convergência política que nos devolvam autonomia para equacionar o presente e poder pensar o futuro. Por isso, investimos na consolidação de um Mercosul forte, respeitado, que irradie ganhos de escala e de qualidade de vida para todos os povos signatários. É um projeto histórico, não um cálculo contábil. Só assim a economia regional irá prosperar.

Há poucos dias demos outro passo importante, reunidos na Colômbia com o governo local e os da Bolívia, Equador, Peru e Venezuela – integrantes da Comunidade Andina. Definimos um plano de trabalho de curso acelerado, com um cronograma de seis meses devidamente formatado. O objetivo é fechar um acordo de livre comércio entre a Comunidade Andina e o Mercosul, no mais tardar, até 31 de dezembro deste ano.

Nossa ação externa e nossa ação interna têm um só objetivo: crescer com estabilidade, gerando empregos, distribuindo renda e promovendo justiça social.

Muito obrigado.



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de abertura da 35ª Feira Nacional do Calçado – Franca 2003

Anhembi – SP, 08 de julho de 2003

Excelentíssimo governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin,
Excelentíssima prefeita da cidade de São Paulo, Marta Suplicy,
Deputado estadual Sidney Beraldo, presidente da Assembléia Legislativa,
Meu companheiro prefeito da cidade de Franca, Gilmar Dominici,
Senhor presidente em exercício da Federação das Indústrias do estado de São Paulo, Carlos Roberto Liboni,

Senhor presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, Renan Proença,

Senhor presidente da Abicalçados, Élcio Jacometti,
Senhor presidente da Francal, Abdala Jamil Abdala,
Senhores parlamentares, expositores, empresários,
Meus senhores e minhas senhoras,

Desnecessário seria fazer qualquer apologia ao setor de calçados do nosso país. Inegavelmente, este é um setor de que todo e qualquer um dos 170 milhões de brasileiros deve se orgulhar, porque não só somos competitivos com qualquer outro país do mundo, como temos qualidade para dar e para vender a quem quiser comprar.

Eu, se pudesse, entraria na cabeça de cada um de vocês e fico imaginando o que a maioria está pensando. Certamente, meu caro Governador, meu caro Abdala, as pessoas estão pensando: “Puxa vida, seria necessário que o dólar não caísse tanto para que a gente pudesse exportar mais”.

Eu quero ter uma conversa bastante sincera com os empresários brasileiros do setor de calçados. Vocês sabem que, em dezembro, nós tínhamos uma



perspectiva sombria para o nosso país. Vocês sabem que a perspectiva era trabalhar com uma inflação de 40% para os doze meses seguintes. Hoje, eu e qualquer membro do nosso governo podemos vir a uma feira, a uma exposição como esta e dizer para vocês que o “bicho-papão” da inflação está controlado e nós iremos trabalhar com uma taxa de inflação de 7% e até, quem sabe, um pouco menor, a depender da nossa capacidade de manter as contas do governo mais ou menos controladas.

Mas isso é muito pouco, não basta controlar a inflação. É preciso ter em conta que o nosso país precisa crescer, precisa gerar riquezas, precisa gerar empregos e não podemos abrir mão e nem jogar fora nenhuma oportunidade. Foi por isso que, quando escolhi o Luiz Furlan para ser ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, eu disse a ele: “Eu quero que você seja o grande mascote brasileiro”, até porque era idéia minha, durante a campanha, criar uma Secretaria de Comércio Exterior, ligada à Presidência da República. Mas, depois que o encontrei e o Furlan topou ser ministro, não precisávamos mais de uma Secretaria, porque o próprio Ministério poderia fazer esse papel.

Acho que poucas vezes, na história do Brasil, um ministro da Indústria e Comércio Exterior tem viajado o tanto que tem viajado o nosso Furlan. E tem viajado porque temos consciência de que é preciso abrir novos mercados para o Brasil. É muito importante o mercado europeu. É muito importante o mercado americano. Mas, além de continuarmos competindo nesses mercados, tentando cada vez mais colocar os nossos produtos, nós precisamos procurar outros espaços geográficos e econômicos em que a nossa qualidade possa ser demonstrada.

Foi por isso que tomamos como iniciativa recuperar as relações entre o Brasil e os países da América do Sul. Nós temos um mercado potencial que faz fronteira com o Brasil e, muitas vezes, deixamos esse mercado de lado à procura de mercados mais longínquos e, às vezes, até mais difíceis do ponto de vista da competitividade.

Eu acredito que o setor de calçados será um setor que irá se beneficiar dessa



nova relação que estamos tendo com a América do Sul.

E por que América do Sul? É porque durante anos e anos se falou na integração da América do Sul e, depois, nós descobrimos que integração pode ser apenas uma palavra mágica ou um discurso vazio se não tivermos ponte, se não tivermos estradas ou ferrovias ou se não tivermos, pelo menos, vôo direto dos países da América do Sul para o Brasil porque, senão, nem os homens de negócios do Brasil poderão viajar com tranqüilidade para lá e muito menos eles poderão viajar para cá.

Se alguém da América do Sul tiver que ir a Miami para vir ao Brasil, ele já fará negócio em Miami. Então, nós precisamos tratar de transformar essa integração em uma coisa muito concreta e objetiva. É por isso que, no dia 8, estará havendo no Rio de Janeiro uma reunião coordenada pelo BNDES e pela CAF*, que é a instituição financeira da Comunidade Andina, para estabelecer os principais projetos de integração dos países da América do Sul.

O clima é o mais favorável possível. A Argentina, depois da eleição, pode ajudar enormemente o Brasil a recuperar o Mercosul e fazer o Mercosul ter o significado para o qual ele foi criado. E vocês, produtores brasileiros, sabem o quanto é importante o mercado argentino para o calçado brasileiro. É por isso que nós torcemos para que a Argentina se recupere economicamente, tanto quanto torcemos para o nosso país e para outros países do Mercosul. Mas não vamos parar na América do Sul.

Quando li o nome aqui do Abdala, eu me lembrei que, em dezembro, nós teremos uma grande viagem para os países árabes. Nós vamos ocupar os espaços que o Brasil não pode deixar de ocupar, vamos fazer uma visita a cinco ou seis países árabes com o objetivo não apenas de fazer relações políticas, mas de fazer negócio, de vender os produtos brasileiros ao mundo árabe.

Da mesma forma que estaremos fazendo uma viagem agora para a África, para tentar estabelecer uma maior relação com os países africanos, sobretudo,

* CAF – Corporação Andina de Fomento.



países como a África do Sul, que pode aumentar, e muito, a sua relação com o Brasil.

Para o próximo ano, nós queremos fazer algumas viagens para três países muito importantes para o Brasil: a China, a Índia e a Rússia. São mercados altamente promissores, mercados em que o Brasil pode ocupar um espaço excepcional. E nós nos convencemos, hoje, que por mais que sejamos bons, ninguém virá aqui nos procurar se nós não formos lá mostrar que temos competência de fazer e vender os nossos produtos no exterior.

Até porque, imaginem vocês, o Brasil, no ano passado, exportou 17 milhões de peças de couro. Imaginem se essas peças de couro, ao invés de serem exportadas *in natura*, fossem transformadas em sapatos, quantos sapatos nós não poderíamos produzir e quanto não teríamos vendido no exterior.

Quero dizer para vocês que, da parte do governo federal, nós estaremos fazendo todo o esforço, seja através do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, seja através do BNDES, seja através do Banco do Brasil, para garantir que o Brasil continue sendo um grande exportador de calçados e que a gente possa não apenas ser o terceiro produtor ou terceiro exportador, mas que a gente possa ser o primeiro, porque temos tecnologia, temos mão-de-obra qualificada e temos, como disse o Governador, o maior rebanho de gado do mundo. Portanto, temos todas as condições.

Eu acho que o mundo está precisando de comida, mas também está precisando de sapatos. Eu brincava com o Alckmin: agora, em cada viagem que eu fizer, vou tentar mandar o fotógrafo tirar uma fotografia dos meus pés junto com os dos outros Presidentes que estou visitando, para ver quem está melhor calçado. Certamente, o meu sapato será mais bonito do que os de muitos Presidentes que eu já visitei por este mundo afora.

Quero dizer aos empresários e às empresárias que estão aqui e às entidades de classe: eu, a cada dia, me levanto mais otimista do que quando fui dormir. E me levanto otimista porque acredito no Brasil, me levanto otimista porque acredito nos



empresários brasileiros, porque acredito nos trabalhadores brasileiros, porque acredito na nova política de comércio exterior que estamos realizando e porque acredito que o Brasil não deve nada a ninguém em muitas áreas econômicas. O que precisamos é apenas mostrar o que somos, o que temos, o que produzimos e colocar os nossos produtos lá fora.

Da parte do governo haverá toda a facilidade. Nós trabalhamos – eu já disse isso – para que o dólar encontre a sua estabilidade e que possa garantir que os nossos produtos sejam mais competitivos no mercado exterior. Essa é uma intenção, essa é uma vontade, essa é uma disposição.

Quero que vocês saibam que o que tenho falado para a agricultura, o que tenho falado para toda a indústria nacional é que quero que vocês tenham no governo federal um parceiro. Não haverá momento ruim, não haverá momento delicado em que a gente não possa se sentar em torno de uma mesa e encontrar as soluções para os graves problemas brasileiros. Primeiro, porque precisamos produzir. Segundo, porque precisamos gerar riqueza. Terceiro, porque precisamos gerar empregos. E, quarto, porque o nosso país precisa recuperar o seu crescimento econômico com uma certa urgência.

Nós tomamos várias medidas para facilitar o crédito e anunciamos isso na semana passada. Pretendemos continuar anunciando coisas que possam significar a geração de empregos, sem esquecer que o nosso compromisso primordial é tentar resolver os graves problemas sociais do nosso país.

Por isso, eu quero agradecer a presença e a figura do nosso companheiro Oded Grajew, que é o meu assessor especial e está engajado em tentar fazer com que todos os empresários brasileiros se transformem em parceiros, para que a gente possa acabar, de uma vez por todas, com um mal que não deveria existir no nosso país: a fome que maltrata 44 milhões de pessoas que vivem no Brasil.

Quero concluir dizendo aos meus companheiros empresários que podem ficar certos de uma coisa: se depender do governo federal, como já disseram aqui o nosso Governador e a nossa Prefeita, o nosso setor de calçados voltará a exportar



muito mais do que já exportou em qualquer outro momento da sua história. Essa tem que ser uma meta, tem que ser uma obsessão, tem que ser um desejo. E temos que trabalhar para tornar esse desejo realidade.

Meus parabéns! Espero que vocês tenham toda a sorte do mundo, que possam vender todos os pares de sapatos que vocês projetaram ontem à noite, a partir de hoje. E aquilo que vocês não conseguirem vender eu vou tentar ajudá-los nas minhas viagens, falando bem e fazendo propaganda do calçado brasileiro.

Muito obrigado e boa sorte!



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de chegada a Portugal

Lisboa – Portugal, 10 de julho de 2003

Agradeço as gentis palavras de boas-vindas do presidente Jorge Sampaio e a presença de tantos e fraternos amigos aqui reunidos.

É uma grande satisfação estar em Portugal. Venho para renovar e aprofundar o excelente diálogo existente entre nossos países.

O simbolismo deste local é incomparável. Não existe outro lugar que marque de forma tão acentuada o cruzamento de nossos destinos como a Torre de Belém. Daqui partiram as caravelas e os grandes navegadores, que estão na origem do nosso país.

Nos reencontramos hoje para celebrar 503 anos dessa rota comum, que cada vez mais se enriquece e diversifica.

Nossos caminhos continuam hoje a fertilizar-se, graças aos vínculos históricos, ao importante intercâmbio econômico-comercial bilateral e à ação diplomática de nossos governos.

Brasil e Portugal estão embarcados em um novo desafio: a construção de um espaço comum, onde a identidade lingüística e cultural se transforma em realidade política na cena internacional.

Não por acaso escolhi Portugal como destino de minha primeira visita de Estado. Temos com Portugal um relacionamento à altura de nosso passado. Somos países irmãos não apenas por uma amizade secular, vínculos históricos, étnicos, culturais e lingüísticos. Somos unidos cada vez mais pelas novas possibilidades que a cooperação oferece para o desenvolvimento e o bem-estar de nossos povos.

Estamos convencidos da necessidade de ampliar e estreitar ainda mais esses laços. Durante esta minha visita, estou seguro que identificaremos formas



inovadoras de aprofundar e aperfeiçoar essa parceria nos campos social, econômico-comercial e científico-tecnológico.

Não há maior símbolo dessas potencialidades do que a enorme contribuição que nossos “patrícios” imigrantes têm dado a ambos os países. A presença portuguesa no Brasil é uma realidade há mais de cinco séculos e um elemento fundador de nossa identidade.

Da mesma forma, quero saudar, com carinho especial, os “brasileiros de Portugal”, que aqui vivem e trabalham, integrando-se à sociedade portuguesa e participando da construção de um país que se projeta como nação tecnológica e economicamente desenvolvida.

O Brasil que os portugueses fundaram e a Portugal que os brasileiros ajudam a desenvolver são um exemplo vivo do quanto podemos realizar juntos.

Queremos cada vez mais levar esse patrimônio de realizações e conquistas de nossos povos e países também para o plano da ação internacional. Por meio dos foros multinacionais e, mais particularmente, da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, podemos continuar a estender essa fecunda colaboração.

Sob a proteção e inspiração da Torre de Belém, saberemos aprofundar a enorme identidade entre Brasil e Portugal e a profunda afinidade entre nossos cidadãos dos dois lados do Atlântico.

Muito obrigado.



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
por ocasião da visita do Presidente do Suriname, Runaldo Venetiaan**

Palácio Itamaraty, 22 de julho de 2003

Recebo hoje em Brasília, para uma visita de trabalho, o presidente do Suriname, Runaldo Venetiaan.

Por se tratar de um país vizinho e amigo, com o qual compartilhamos uma extensa região de fronteira na Amazônia, o Brasil tem especial interesse no progresso do Suriname e em uma sólida e ativa relação bilateral. Estamos, no momento, realizando um esforço ampliado nesse sentido. Com esse objetivo está sendo criado, no governo, o projeto Brasil-Suriname. Este projeto pretende envolver a sociedade civil e coordenar a ação do governo em iniciativas concretas, voltadas para uma maior aproximação entre nossos países.

No encontro de hoje, tivemos a oportunidade de discutir vários temas que interessam a todos os países sul-americanos. Reafirmamos, por exemplo, nosso compromisso com a integração da América do Sul. Reiteramos nossa determinação de fortalecer a democracia e promover a justiça social no continente sul-americano, combatendo a fome, a pobreza e a corrupção e implementando políticas sociais eficazes. Discutimos a situação política internacional e concordamos com a necessidade de fortalecer e reformar as Nações Unidas, inclusive o Conselho de Segurança.

Com relação à ampliação do Conselho, o governo do Suriname manifestou apoio para que o Brasil integre o Conselho de Segurança na qualidade de membro permanente. Este apoio muito nos honra e reflete o elevado grau de confiança entre nossas diplomacias.

No plano comercial, destacamos a necessidade de ampliar os laços econômicos e comerciais entre o Mercosul e o Suriname. Concordamos em realizar um esforço conjunto para aumentar o volume do intercâmbio comercial entre nossos



países. Ressaltamos, também, a importância de coordenar posições nas negociações comerciais internacionais, sobretudo na Organização Mundial do Comércio e no processo de negociação da Alca. Para que seja possível alcançar resultados equilibrados e eqüitativos, concordamos que as negociações comerciais internacionais devem levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento econômico dos países sul-americanos.

A integração dos países sul-americanos depende não apenas de iniciativas no plano econômico e comercial, mas também de projetos voltados para o desenvolvimento de infra-estrutura física no continente. Nesse sentido, será realizado um seminário em agosto, no Rio de Janeiro, patrocinado pelo BNDES e pela Corporação Andina de Fomento (CAF), com o objetivo de examinar formas de financiamento de projetos de infra-estrutura na América do Sul. Renovamos, também, a disposição de dinamizar a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico e delitos conexos, mediante uma mais estreita coordenação no controle e na vigilância nas zonas de fronteira.

Com o objetivo de reforçar a cooperação bilateral nas áreas de segurança, defesa e meio ambiente, decidimos que o Suriname terá acesso progressivo às informações geradas pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

Gostaria, por último, de manifestar a minha satisfação e o meu agradecimento pela visita do Presidente do Suriname, que serviu para evidenciar as oportunidades de cooperação e entendimento entre nossos países. Estou convencido de que Brasil e Suriname estabelecerão uma sólida parceria, com impacto positivo sobre o projeto de integração sul-americano, fundada no nosso compromisso comum com a preservação da democracia, o respeito aos direitos humanos e a busca do desenvolvimento sustentável.

Três assuntos importantes fizeram parte da nossa pauta. O primeiro, a questão dos brasileiros, que já somam quase 40 mil que moram no Suriname e esperamos que, logo, estejamos com a situação deles resolvida.

O segundo, a questão da dívida externa do Suriname. O Suriname tem uma



dívida com o Brasil, que não é muito para nós mas, certamente, é muito para um país de 450 mil habitantes. Nós assumimos o compromisso de discutir com o governo do Suriname uma renegociação dessa dívida, e o governo brasileiro vai tratar de apressar essa discussão.

A terceira coisa importante, de interesse do governo do Suriname, é a questão da compra, pelo Brasil, do arroz produzido no Suriname. Como o Brasil, o Suriname depende de grandes negociações na Organização Mundial do Comércio para que a União Européia possa diminuir os seus subsídios para os produtos dos países do Terceiro Mundo. O Brasil tem um acordo com o Mercosul e, mesmo respeitando esse acordo, vai discutir, com muito carinho e muita disposição, a possibilidade de comprar o arroz produzido no Suriname.

Esses três compromissos, e outros que estão no Protocolo, fazem parte do objetivo maior do nosso governo, de tornar a integração na América do Sul verdadeira e prática. Fizemos acordos na área da educação, na área da saúde, na área da comunicação e na área do turismo. E tudo isso com o objetivo de afirmar ao nosso querido país vizinho, Suriname, que o Brasil, por ser o maior país da América do Sul, de economia mais forte, tem a obrigação de ter uma política mais ousada para a América do Sul, e uma política que não seja de hegemonia do Brasil em relação aos outros países, mas uma relação em que a parceria predomine.

Por isso, quero agradecer ao Presidente do Suriname e a todo o seu Ministério que compareceu aqui. E dizer que o nosso compromisso é mais do que comercial, é um compromisso cultural, político e ético na nossa relação com os nossos vizinhos.

Muito obrigado.

/mcpro



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do Fórum Nacional do Trabalho

Palácio do Planalto, 29 de julho de 2003

Excelentíssimo companheiro José Alencar, vice-presidente da República,
Excelentíssimo senador Paulo Paim, presidente em exercício do Senado Federal,

Excelentíssimo ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Meus companheiros ministros e ministras aqui presentes,

Meu caro Marinho, presidente da CUT e coordenador da Bancada dos Trabalhadores no Fórum Nacional do Trabalho,

Meu caro Antonio Oliveira, presidente da Confederação Nacional do Comércio e coordenador da Bancada dos Empregadores,

Meu caro Paulo Pereira, presidente da Força Sindical,

Meu caro Neto, presidente da CGTB,

Meu caro Salim, presidente da CGT.

Não sei se o Alemão está aí, meu caro Alemão, presidente da Social, da entidade da Democracia Sindical,

Deputados,

Senadores,

Empresários,

Meu companheiro Jaques Wagner, ministro do Trabalho,

Representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário,

Meus companheiros ex-dirigentes sindicais. E uma vez dirigente sindical, sempre dirigente sindical: Jair Meneghelli, Vicentinho e Medeiros,

Meu companheiro Guiba,

Meus amigos e minhas amigas,



Eu estava ouvindo os três oradores e, por alguns segundos, a minha cabeça viajou pelo tempo. Possivelmente, alguém mais jovem do que eu não tenha a exata dimensão do que significa este lançamento do Fórum Nacional do Trabalho.

Coisas que eu e alguns da minha idade sonhamos e brigamos durante um bom tempo, para que pudéssemos democratizar a relação entre capital e trabalho. E nessa viagem que a minha cabeça fazia, eu me lembrava de dois momentos importantes, de duas pessoas que estão aqui presentes – uma delas é o ex-ministro do Trabalho, Arnaldo da Costa Prieto – para que vocês acompanhem a evolução da história e a evolução do próprio movimento sindical brasileiro, apesar da legislação não ter mudado muito.

Em 1978, o presidente Geisel mandou ao Congresso Nacional uma lei que criava as chamadas categorias essenciais, que não podiam fazer greve; envolvia bancários, frentistas de posto de gasolina e outras categorias. Eu me lembro que, na época, nós tentamos fazer um movimento para vir a Brasília, e o ministro Arnaldo da Costa Prieto foi à televisão fazer um pronunciamento em cadeia nacional dizendo que era proibido que os dirigentes sindicais viessem a Brasília. E colocava restrições que, certamente, o Presidente da República tinha discutido. E eu me lembro, meu caro Prieto – hoje eu posso chamá-lo assim – que para eu vir a Brasília tive que fazer uma carta de licença do Sindicato, porque se alguém tentasse fazer uma intervenção no Sindicato, eu estaria de licença da presidência do mesmo, e não poderia sofrer uma intervenção. Viemos a Brasília conversar com os deputados para que não aprovassem aquela lei.

Bendita hora em que eu vim a Brasília, porque foi na visita que eu fiz, de gabinete em gabinete – eu e meia dúzia de dirigentes sindicais – que eu descobri a necessidade de criar um partido, porque sentia que nós não tínhamos representantes aqui no Congresso Nacional. E a partir daquele instante surgiu a idéia de criar o Partido dos Trabalhadores.

Mas a evolução da história sindical é de tal ordem, que o meu amigo Almir



Pazzianoto Pinto, ex-ministro do Trabalho, ex-advogado do meu sindicato, trabalhava na Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo. Vejam o que é evolução. Eu contratei o Almir, em 1975, para trabalhar no Sindicato comigo e o Almir sofria perseguição na Federação porque era tido como comunista, porque advogava para o Sindicato de Santos, para o nosso querido companheiro Marcelo Gato.

Eu estou dizendo isso, porque muitas vezes nós fazemos julgamento das coisas pelo momento que estamos vivendo, e não pelo momento histórico em que as coisas se deram.

O movimento sindical, por esses dois fatos que eu citei, evoluiu muito. Quando contratei o Almir, lembro-me das críticas que eu sofria do pessoal mais conservador, de que eu estava contratando um comunista para trabalhar no meu Sindicato.

Hoje, trinta anos depois, participando do lançamento deste Fórum Nacional do Trabalho, eu fico imaginando quantas vezes a ignorância do ser humano ou o medo do ser humano atrapalha a evolução da própria espécie. Por quê? Porque eu só me notabilizei como dirigente sindical lutando contra uma estrutura sindical que considerávamos, na época, fascista e cópia fiel da “Carta di Lavoro” de Mussolini.

Foi isso que me fez surgir no movimento sindical e ganhar uma dimensão nacional. Da mesma forma, a questão trabalhista. Quem trabalhava nas categorias mais evoluídas, maiores, mais organizadas, tinha notadamente uma pauta de reivindicação mais moderna do que as categorias menores.

Foi uma briga de muitos anos para que nós conseguíssemos, na Justiça, provar que uma Federação de Trabalhadores não representava os trabalhadores mas, sim, o Sindicato. O Sindicato é que representava legitimamente os trabalhadores.

E nós compramos essa briga por uma coisa quase à toa. Nós fazíamos uma pauta de reivindicações no nosso Sindicato, aprovávamos em assembléia, e ia para um Conselho da Federação, com representantes de cada sindicato do estado; e lá



eu tinha que mudar a minha pauta de reivindicação e era obrigado a acatar uma reivindicação que não era minha.

Naquele tempo, nos bons tempos, a gente já estava reivindicando ar condicionado para o ônibus que transportava os trabalhadores e, nos sindicatos menores, as pessoas ainda estavam reivindicando esquentador de marmitta, ainda estavam reivindicando holerite de pagamento.

Havia uma distância tão grande que nós resolvemos comprar uma briga: eu não abro mão da minha pauta de reivindicações, a Federação não tem que abrir mão da dela e cada um segue o seu caminho. Nós conseguimos no Tribunal Superior do Trabalho, em 1976, o reconhecimento de que quem representava os trabalhadores era o Sindicato e não a Federação. Parece pouco, mas naquele tempo foi muito, porque foi uma decisão histórica para a época.

Hoje nós estamos aqui criando um Fórum, e não sabemos qual vai ser o resultado, mas sabemos todos – mesmo aqueles que preferem a comodidade de não fazer nada, porque reformas mexem muito com a nossa comodidade, é melhor ficar tudo como está, para que mudar? Isso não vale apenas para a questão sindical, vale para a questão da Previdência, isso vale até para uma casa que a gente vai reformar. Não é todo mundo que tem coragem de, no final do ano, pegar uma lata de tinta e pintar a sua casa. É melhor ficar como está, para que trabalho? – todos nós sabemos, do mais importante senador da República aos deputados que tiveram menos votos nas últimas eleições, qualquer empresário preocupado com o nosso país e qualquer sindicalista, que nós temos que mudar. É preciso adequar tanto a estrutura sindical quanto a própria legislação trabalhista ao momento que nós vivemos. Porque, senão, nós estaremos contribuindo para que a cada dia mais, os sindicatos representem menos gente, porque hoje, em grande parte das categorias de trabalhadores deste país, os sindicalistas vão à porta de fábrica convocar assembléia e, muitas vezes, se deparam com mais ex-trabalhadores vendendo alguma coisa na porta da fábrica do que com trabalhadores entrando para trabalhar.

Da mesma forma que nós tentávamos, Marinho, Wagner, dar numa mesma



legislação, num mesmo contrato, um trabalho igual para uma indústria automobilística que tinha, na época, 40 mil trabalhadores, e uma oficina de quintal em que trabalhavam pai e filho.

Nós nunca conseguimos fazer com que os setores economicamente mais fortes reconhecessem os salários que eles pagaram como piso. Porque, se reconhecessem, seria mais fácil a gente elevar o salário das camadas mais pobres das fábricas menores. Então, essa discussão é urgente.

Eu quero, Wagner, lhe dar os parabéns por ter montado uma estrutura na qual ninguém pode colocar defeito. Quem escolheu os representantes dos trabalhadores foram os trabalhadores. Quem escolheu o representante dos empresários foram os empresários. E quem escolheu o representante do governo foi o governo. Talvez seja o Fórum mais plural que já tenha sido montado neste país. A grandiosidade do Fórum é que vai permitir que a convivência democrática de vocês, na diversidade de pensamento que têm sobre as reformas que precisam ser feitas, encontre o caminho do meio. O caminho do meio sempre é o caminho que possibilita construirmos o consenso, construirmos uma maioria e fazermos as mudanças sem a pressa daqueles que acharam, algum dia, que para fazer um contrato coletivo de trabalho era necessário rasgar a CLT; ou aqueles que achavam que era possível fazer um contrato de trabalho mantendo a CLT em toda a sua plenitude; ou aqueles que eram contra a inovação no mundo do trabalho, porque o contrato individual, normalmente leonino, favorece a esse ou àquele setor.

Eu acho que este Fórum pode permitir – não sei quanto tempo vocês vão demorar – encontremos uma forma de organização sindical mais moderna, mais adequada, que o trabalhador não seja obrigado a estar filiado a um sindicato apenas porque a lei diz que ele que tem que estar filiado àquele sindicato, sendo que aquele sindicato não representa condignamente os trabalhadores.

Eu me lembro de categorias importantes, no nosso país, categorias com 100 mil trabalhadores, que tinham apenas 2 mil filiados. E o sindicalista não tinha interesse de filiar mais, porque recebia o imposto sindical de 100 mil para gastar com



2 mil. E em 2 mil votantes sempre dá para fazer um compadrio para continuar se elegendo a vida inteira.

Então, modernizar não significa impor uma filosofia da CUT à Força Sindical, ou à CGTB ou à CGT. Significa que eles terão que ter maturidade para encontrar um denominador comum que possa contentar a todos, que possa contentar os empresários, que estão evoluindo para entender que, num país democrático, não interessa movimento sindical fraco. É uma ilusão achar que movimento sindical fraco interessa nas negociações.

Meu caro Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, a coisa mais importante é fazer uma negociação. E tão mais importante do que um documento que se assina, do contrato, é ter a certeza de que o dirigente sindical que assinou o acordo vai para a porta da fábrica defendê-lo.

Muitas vezes, acontecem acordos neste país, em que o sindicato aprova e, quando chega lá, a categoria não quer e não cumpre. E ele não tem liderança. Então, esse tipo de movimento sindical não interessa nem aos trabalhadores nem ao Brasil, a ninguém. Essa é uma discussão profunda que nós vamos ter que fazer. E fazer sem colocar o ideológico na frente, sem ficar remoendo coisas que eu, pelo menos, enfrentei durante 20 ou 30 anos de debate e que não permitiram que nós construíssemos um avanço sequer. O nosso país é, eu diria, fantasticamente engraçado. Nós temos várias centrais sindicais e nenhuma reconhecida por lei. Nenhuma. Entretanto, elas funcionam como se fossem reconhecidas, quando seria muito mais fácil estabelecer logo a normatização e dar legalidade às entidades, porque amanhã o empresário pode não aceitar fazer um acordo com a CUT, com a Força Sindical, com a CGTB, porque, legalmente, vocês não existem. Existem de fato, mas não existem legalmente.

Então, este Fórum pode dar essa dimensão ao movimento sindical brasileiro. Pode dar a dimensão de nos permitir trabalhar corretamente, juntos, a questão da estrutura sindical e uma nova formatação do direito dos trabalhadores neste país. Quando nós falamos de direito, nós falamos para quem? Para nós que estamos



aqui, que temos direitos. E os milhões que não conseguem emprego? E os milhões que estão na economia informal? Quais os direitos? Nós não os representamos? Esse é o desafio que está colocado para vocês: o que nós queremos para o nosso movimento sindical e para o mundo do trabalho.

Vou terminar dizendo uma coisa, Wagner, que norteou a minha vida sindical: tem vários tipos de pessoas que contribuíram para que a gente não tivesse, no Brasil, um debate mais sólido sobre a contratação coletiva de trabalho.

De um lado, tinha muitos empresários que não queriam contratação coletiva de trabalho; de outro lado, tinha muitos trabalhadores que também não queriam essa contratação, ou porque não entendiam, ou porque não queriam ou porque uma contratação coletiva exige mais competência, mais dedicação, mais organização. Do jeito que é hoje, é simples: convoca-se uma assembléia na época do dissídio coletivo – há 30 mil trabalhadores na categoria – e aparecem 300; o dirigente sindical ainda fala assim: eles não vêm porque confiam em mim. Na minha época diziam isso. A coisa mais fácil era o pelego convocar uma assembléia, aí não vinha ninguém e ele falava: não vieram porque estão confiando na diretoria do sindicato. E aí fazia aquele dissídio, que nem sempre dizia absolutamente nada, e a vida continuava.

Então, eu acho que os empresários, durante um tempo, eram contra o contrato coletivo; os trabalhadores, em outro tempo, eram muito contra. Ainda havia outros que, ideologicamente, eram contra. Acho que advogado trabalhista não gosta de contrato coletivo de trabalho. Aqui há dois na minha frente, tanto o Almir como o Siqueira, que eu sei que gostam e trabalharam muito para isso acontecer, porque o contrato individual dá mais chance de sobrevivência profissional. E também a Justiça do Trabalho, com o seu aparato, talvez não queira ser incomodada com a facilidade da implantação do contrato coletivo de trabalho.

Eu acho que essas coisas podem ter sido verdade, em algum momento da nossa história, mas hoje não são mais. Eu me lembro que, em 1993, o companheiro Siqueira, então advogado dos metalúrgicos do ABC, foi convidado por mim para



coordenar um trabalho chamado “Diretrizes Básicas para a Implantação do Contrato Coletivo de Trabalho na Área do Serviço Público”. E fizemos um trabalho com a participação de mais de 40 sindicatos ligados aos servidores públicos brasileiros.

E por que nós pensávamos, naquele instante, em fazer aquilo? Porque o empregador é o governo, seja ele municipal, estadual ou federal. E, muitas vezes, há 50 categorias organizadas diferentemente, porque algumas pessoas passaram a ver o movimento sindical muito mais como um aparelho do que como uma entidade representativa dos interesses dos trabalhadores. E aí nós não conseguimos fazer o contrato coletivo de trabalho.

Agora, depois da minha posse, tem sete ministros fazendo parte de um grupo junto ao Ministério do Planejamento, tentando discutir com os sindicatos um novo padrão de relacionamento, porque tudo não se resume a 1%, a 2%, a 10% de aumento do salário. O que nós precisamos é criar um outro padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade, entre o Estado, governo e os servidores públicos.

Eu estou convencido de que o movimento sindical brasileiro tem que dar um salto de qualidade e extrapolar os limites do corporativismo. Alguns já fazem isso e o fazem com maestria. Mas a luta, hoje, não se resume a ir à porta de uma fábrica e reivindicar 5% de aumento do salário. Isso é importante e é necessário. Mas quando o trabalhador sai da fábrica ele é um cidadão. E, como cidadão, ele tem direito a outras coisas. O movimento sindical tem que assumir essa representatividade dentro e fora da fábrica.

Eu dizia para os meus amigos dirigentes sindicais: todas as coisas que vão ser discutidas no Congresso Nacional têm interesse quase que direto para os dirigentes sindicais. Mas, muitas vezes, a nossa cultura sindical permitiu que a gente só fosse economicista. Então, acabou a data-base, acabou a nossa obrigação, vamos esperar o ano que vem para ver o que vai acontecer. Mas, hoje, a responsabilidade é muito maior, porque o Paulinho, o Marinho, o Neto, o Alemãozinho, o Salim, quando vão hoje à porta de uma fábrica, de um banco ou de



uma loja, eles não podem fazer discurso apenas contra o empregador, eles têm que dar resposta à questão do desemprego para aquele que está na porta querendo emprego. E, aí, fica mais difícil e exige mais de todos nós.

Eu digo sempre para os meus amigos sindicalistas: o tempo de ser sindicato apenas de contestação já passou e eu, possivelmente, tenha me notabilizado por isso. Agora, a história está a exigir tanto dos trabalhadores quanto dos empresários uma outra cabeça, uma outra forma de comportamento. Ou seja, a solução dos problemas da sociedade brasileira passa pelo fato de vocês se entenderem, para discutir desde a geração de postos de trabalho a direitos que têm que ser mantidos. Outros têm que ser reformulados. Há tratamentos diferenciados entre empresas, em função dos seus tamanhos. Eu levei muitos anos para conseguir fazer com que os empresários fizessem acordo por categoria econômica. Muito tempo, não foi fácil.

Então, eu quero dizer aos meus amigos sindicalistas, aos meus amigos empresários que estão aqui presentes, aos políticos, deputados, senadores, aos representantes do Poder Judiciário, que este é o momento histórico que nos dá a oportunidade de dizer se nós evoluímos ou não, se nós nos modernizamos ou não, se nós queremos estar aparelhados ao que existe de mais moderno no mundo ou não, ou se nós queremos continuar a defender uma estrutura que favorece sempre e cada vez menos gente.

O desafio está colocado, a bola está com vocês. Bom jogo e boa luta! Obrigado.



**Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
por ocasião da visita do Presidente da Guiana, Bharrat Jagdeo**

Palácio Itamaraty, 30 de julho de 2003

É com grande satisfação que recebemos, hoje, o presidente da República Cooperativista da Guiana, Bharrat Jagdeo, e vários ministros de sua equipe de Governo. Conversamos de maneira ampla e construtiva sobre assuntos de interesse comum para a Guiana e o Brasil.

Os jornalistas aqui presentes, senhor Presidente, já se habituaram a cobrir nossos encontros com os chefes de Estado dos países vizinhos da América do Sul. Este ciclo de visitas está para ser completado com a próxima vinda do Presidente do Chile, em agosto. Tenho tido oportunidade de expressar aos meus colegas do Continente o quanto uma América do Sul integrada, próspera e fortalecida em suas instituições democráticas poderá contribuir para o progresso dos nossos povos.

O Brasil vem intensificando os esforços de cooperação e entendimento em todos os quadrantes das nossas fronteiras, do Uruguai ao Suriname. Tenho a convicção de que este trabalho de aprofundamento dos laços diplomáticos, políticos, econômicos, culturais e sociais é de enorme significado para juntos realizarmos, na região sul-americana, tudo o que promete o seu potencial físico e humano.

Comentei com o presidente Jagdeo as possibilidades de benefício mútuo que advêm da aproximação do Brasil com a Guiana. O Acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas, assinado em fevereiro deste ano, é um passo muito importante para a ampliação das ligações entre os dois países. Por esse Acordo, que esperamos em breve seja aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, são regulamentados os serviços de transporte por via terrestre, essenciais para que o trânsito de pessoas e o comércio de bens ganhem impulso. Com o Acordo de Transporte, começamos a nos preparar para o momento em que a fronteira da Guiana com o estado de Roraima se tornará ainda mais viva, uma



verdadeira fronteira de integração.

Mas a obra da integração não terá sentido se a infra-estrutura não estiver concluída. Discuti com o Presidente da Guiana formas de retomar a construção da ponte sobre o rio Tacutu, entre Bonfim e Lethem. Trata-se do término da conexão terrestre Brasil-Guiana. Creio que já avançamos bastante nesse projeto, e as dificuldades que se apresentaram, alheias à vontade do governo brasileiro, devem ser logo superadas.

A aproximação que estamos reforçando constitui um exemplo da potencialidade de um Continente integrado. Nossos dois países estão empenhados em uma verdadeira e fraterna ligação.

Estamos conscientes de nossas singularidades no contexto regional, a começar pela circunstância de não partilharmos os respectivos idiomas oficiais com outros países do Continente. Estou certo de que saberemos assimilar as diferenças lingüísticas às muitas semelhanças que unem e identificam nossas sociedades – no plano étnico, no plano cultural, no plano dos interesses comerciais, no apego à paz e ao Direito Internacional.

A dimensão amazônica é outro aspecto essencial a ressaltar. Juntos fazemos parte da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, recentemente instalada em Brasília. O Tratado de Cooperação Amazônica, do qual a Guiana participa desde a sua conclusão, em 1978, demonstra a extensão do compromisso dos países com o uso sustentável dos recursos naturais por nós compartilhados. Demonstra também que a Guiana, sem deixar de lado suas naturais afinidades caribenhas, se inseriu desde cedo no espaço sul-americano.

O Brasil estará sempre disposto a impulsionar as relações com a Guiana no contexto da América do Sul, prosseguindo a já exitosa cooperação técnica na área da agricultura, da saúde e explorando novos campos de colaboração que contribuam para o desenvolvimento dos nossos povos e de nossas economias.

Vossa Excelência tem conhecimento de que a integração da América do Sul como espaço de paz e prosperidade é objetivo do meu governo.



Esse trabalho tem que levar em conta que os países sul-americanos não são iguais e que alguns deles – e é o caso da Guiana – necessitam de um impulso adicional para participar desse esforço.

Não há América do Sul sem a Guiana. Contamos com a amizade e o entusiasmo do governo e do povo da Guiana e quero dizer a Vossa Excelência que o Brasil fará a sua parte.

O apoio que o Presidente da Guiana traz para que o Brasil integre, como membro permanente, um Conselho de Segurança das Nações Unidas ampliado em muito nos agrada e acresce à responsabilidade do Brasil para com a região. E é mais uma expressão de como as relações do Brasil com a Guiana tendem a estreitar-se e a fortalecer-se para o benefício das populações dos nossos dois países.

Muito obrigado.

/mcpro